

## *Difícil sobrevivência na radiopatrulha: as atividades de renda extra entre policiais militares do município de João Pessoa.*

*Ricardo da Costa Ramalho\**

*José Ernesto Pimentel Filho\*\**

**Resumo:** Estudo provisório acerca de um aspecto particular da segurança pública paraibana: o policial militar da radiopatrulha visto sob a ótica do uso do seu tempo livre em ARES (Atividades de Renda Extra). A enquête implicou na aplicação de questionários em que não foi exigida a identificação do policial militar, procurando-se oferecer maior liberdade e legitimidade nas respostas obtidas. Por meio de uma questão aberta, foi possível perceber outros aspectos relevantes para o policial, além do fator remuneração. O número de policiais militares da radiopatrulha de João Pessoa que desempenham atualmente ARES pareceria girar em torno de 42%. Projetar-se-ia que 81% dos policiais militares já desempenharam ARES. A enquête fornece subsídios para um maior aprofundamento da questão.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Identidade Profissional na PM. Atividades de Renda Extra - ARES.

### **1 Introdução**

O estudo apresentado a seguir originou-se de um trabalho conjunto de reflexão acerca de um aspecto particular da segurança pública paraibana no seu todo: o policial militar da radiopatrulha, visto sob a ótica do uso do seu tempo livre em atividades remuneradas. Essas atividades de renda extras, que doravante chamaremos de ARES, são apelidadas popularmente na corporação de “bicos”. Elas são exercidas no intervalo de cada turno de trabalho do policial militar, isto é, no período de folga, que deveria ser destinado para recuperação, por exemplo, das horas de sono perdidas. Para

---

\* Capitão PMPB, graduado pelo Curso de Formação de Oficiais (CFO) e Especialista pelo Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP).

\*\* Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – CCJ e História – CCHLA - UFPB.

se ter uma idéia, um policial pode permanecer um turno de doze horas dentro de uma viatura de radiopatrulha, chegando a atender mais de vinte ocorrências em uma noite, em alguns casos.

Hoje se questiona sobre as conseqüências negativas do uso de horas vagas dos agentes públicos em atividades de segurança privada que, em sua maioria, não apresentam formalidades trabalhistas indispensáveis ao bom exercício profissional (condições salubres de trabalho, vínculo empregatício ou até condições mínimas de segurança, que garantem a vida do profissional envolvido).

Vem sendo cobrado do trabalho desenvolvido pelos operadores de segurança pública, e com justa razão, um aperfeiçoamento de métodos, traduzido por uma ação mais precisa e menos “truculenta” dos policiais. É notório que os policiais continuam reproduzindo determinadas práticas violentas, mesmo estando sujeitos a uma formação teórica mais voltada aos direitos humanos, dotada de uma visão cidadã de sua atuação.

Essa “disfunção” deverá demandar muitos estudos e observações continuadas e persistentes no meio acadêmico em busca de compreensões abrangentes, bem como de uma conseqüente ação pública em busca de uma mudança de mentalidade, visando aperfeiçoar o uso legítimo da força do Estado (PIMENTEL FILHO, 2002).

As ARES podem ser vistas na percepção do senso comum enquanto uma forma simples e despretensiosa de complementação de renda. Contudo, devemos lembrar que estamos nos referindo ao maior braço armado da sociedade brasileira, em número de componentes. Entendemos que esse tipo de atividade causa um comprometimento na qualidade do serviço realizado, em todos os Estados da Federação brasileira. Também ocorre das ARES serem, em alguns casos, uma porta de entrada no envolvimento de integrantes das corporações militares em atividades delituosas e, até mesmo, no crime organizado (MISSE, 2002). Esta indústria pode estar fazendo uso tanto da mão-de-obra qualificada do Estado, como de seus veículos, equipamentos e armamentos.

Reunimos para consecução deste artigo dois pesquisadores: de um lado, um pesquisador-participante; de outro, um professor-pesquisador. A formação desse olhar duplo sobre o tema somente foi possível graças à integração Universidade-Centro de Ensino da Polícia Militar. O Centro de Ensino da PMPB promove uma especialização em Segurança Pública e, muitas vezes, os orientandos procuram professores universitários ligados à Comissão de Direitos Humanos da UFPB para serem seus orientadores. O estudo ultrapassou a dimensão acadêmica primeira de se garantir a obtenção de um título de especialista em segurança pública e envolveu orientador e

orientando num processo comum de análise objetiva dos dados coletados e da experiência vivida pelo oficial de polícia em sua carreira.

Será possível constatar nesta enquête que os “bicos” passaram a estar majoritariamente presentes no cotidiano do serviço policial militar, mesmo que em alguns casos seja uma atividade que paga menos, exija maior dedicação ou tempo de ocupação e exponha o policial a maiores riscos. Mas o quadro descritivo completo dos “bicos”, sobretudo, aquele que se relaciona à segurança privada ainda está por ser evidenciado. Esta enquête apenas chama atenção para a temática. Não tomamos conhecimento de nenhum trabalho anterior que tenha se preocupado com a questão no âmbito da PMPB.

Aqui, não queremos pregar formas de combate a essa atividade, pois os estatutos da Polícia Militar já possuem essa proibição. Se fôssemos opinar valorativamente sobre o assunto, antes seria importante lembrar os inadequados níveis salariais e o heroísmo da corporação e dos indivíduos que muitas vezes arriscam suas vidas em nome da segurança pública. Estudar e descrever como efetivamente ocorre essa relação de trabalho e descobrir qual o nível de envolvimento da corporação será já o primeiro passo para a formulação de políticas públicas de humanização do profissional militar, de forma a criar condições para a execução de uma segurança pública qualificada e competente.

Para a condução da redação final do presente artigo, analisamos os números alcançados mediante uma enquête entre os policiais e as informações da experiência do pesquisador-participante. O tratamento teórico fornecido ao tema está aqui implícito. Privilegiamos a apresentação dos dados empíricos, fazendo referências estritamente indispensáveis.

## 2 Enquête entre os policiais da Radiopatrulha

Realizamos uma enquête aplicada em um grupo específico de policiais, aos quais se solicitou o preenchimento de um questionário com a devida autorização dos sujeitos envolvidos. Tratou-se, contudo, de uma simples consulta sem valor de pesquisa científica. O conteúdo perguntado circundava em torno de temas relevantes para se conhecer a realidade estudada. A coleta de dados se deu nas unidades operacionais de João Pessoa, limitando-se à 2ª. e 4ª. Companhias do 1º. BPM, localizadas respectivamente em João Pessoa e Cabedelo e na 23ª. Companhia do 5º. BPM, em João Pessoa. Foram ouvidos exclusivamente os componentes da radiopatrulha motorizada, isto é, os policiais que trabalham especificamente

no atendimento direto ao público (atividade-fim), fazendo rondas ostensivas ou atendendo ocorrências repassadas pelo Centro Integrado de Operações Policiais (CIOP). Essa população compreende um total de 331 policiais militares que se revezam em dois turnos diariamente (diurno e noturno), numa escala de 12x36. Assim, em média 82 (oitenta e dois) policiais por dia trabalham na radiopatrulha por dia em João Pessoa. Aplicamos questionários a noventa e dois (92) policiais, isto é, aproximadamente vinte e oito por cento (28%) da população estudada.

O 5º batalhão está situado em um bairro residencial periférico; o 1º batalhão situado no centro da cidade; e na 4ª Companhia, localizada em um bairro residencial litorâneo, portanto, reconhecido como “área nobre” da cidade.

Apesar do universo numérico ser inferior a cem respondentes, utilizou-se a percentagem em virtude da expressividade numérica da amostra (28%). É de se supor que a amostragem permite uma projeção hipotética do perfil do policial da radiopatrulha de João Pessoa.

Dentro desse contexto os pesquisadores acharam por bem incluir o Policiamento Ostensivo (PO) remunerado. O PO remunerado é uma opção de complementação de renda para o PM, porém não é oferecido a todos os policiais. Poderia ser uma alternativa para a carência salarial, se enfatizada na percepção da maioria dos policiais. Trata-se de uma atividade desempenhada por policiais voluntários, em seu horário de folga. Essa atividade é gerenciada pela PM e consiste em patrulhamento a pé, pelas ruas da cidade. Tem a duração média de seis (6) horas em dias alternados, constituindo em média cinquenta por cento (50%) a mais na jornada de trabalho do PM em sua rotina mensal. Esse serviço é pago. Porém, apesar do volume de horas trabalhadas serem equivalentes à meia jornada ordinária mensal do PM, o valor é inferior a hora trabalhada. Na prática, o policial trabalha um turno de 12 horas em um dia referente à sua atividade de rotina, e no dia subsequente trabalha mais seis horas no PO.

Na aplicação dos questionários não foi exigida a identificação do policial militar, procurando-se oferecer maior liberdade e legitimidade nas respostas obtidas. O resultado notado foi que a grande maioria demonstrou um considerável interesse em contribuir com suas respostas, apresentando grande motivação e curiosidade no que diz respeito aos objetivos da enquête.

Apresentamos a seguir os dados classificados e tratados estatisticamente com as observações e conclusões pertinentes. Os dados completos expostos em tabelas e gráficos podem ser verificados no estudo monográfico de Ricardo da Costa Ramalho (2005).

Perguntamos sobre quê fator é mais importante na valorização do policial militar. As opções de resposta foram induzidas:

- (a) Investimento em viaturas armamentos e equipamentos;
- (b) Campanha de melhoria da imagem do policial;
- (c) Reforma do Estatuto da PMPB;
- (d) Melhoria salarial.

Foi explicitado para os entrevistados que só poderiam assinalar uma das alternativas, de forma que o policial colocava em relevo o fator preponderante, no seu ponto de vista, para a valorização do policial militar.

Verificou-se que a opinião da grande maioria dos policiais consultados (66%), entende que o policial melhor remunerado poderá ser mais valorizado enquanto profissional. Estamos nos referindo a uma profissão com forte tendência a estigmatização: *“cabia às PMs, ir para as ruas ‘manter’ a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à ‘normalidade’ e a ‘boa ordem’.*” (MUNIZ, 2001, p. 183). Entendendo que a sociedade capitalista, onde esse policial está inserido, realmente raciocina por numerários, poder-se-ia pressupor que o policial usa os mecanismos a si oferecidos para defesa como forma de compensação à sua imagem externa.

O item “a” apesar de ter votação pouco expressiva é um item muito discutido no meio policial. Isso decorre da visão armamentista de muitos policiais, que constantemente fazem referência ao “maior poder de fogo” da delinqüência.

O item “b” ficou em último lugar na opinião dos consultados, podendo representar a baixa estima, decorrente do descrédito por que passam as instituições ligadas à segurança pública, e a pouca expectativa de ascensão social na profissão.

O item “c” é um tema bastante polêmico no meio policial militar. Nas conversas informais, o tema aparece com certa indignação. Os policiais alegam, sobretudo, o fato de poderem ser presos disciplinarmente sem julgamento e de não poderem se filiar a partidos políticos, ou a sindicatos classistas. Mas a enquête demonstra que a questão é pouca expressiva frente à problemática salarial. Apesar disto, o item foi o segundo mais assinalado.

É possível reordenar os questionários, em dois grupos: os que estão na PM há mais de 15 anos e os que estão com menos de 15 anos de serviço. Entre os policiais antigos (+15), 31 dos 37 respondentes ao questionário, têm como prioridade a melhoria salarial – projeção percentual igual a 84%. É significativo que os três questionários que incidem no item “campanha de melhoria da imagem do policial” estejam presentes somente no grupo de policias novos (-15). Mais de um terço (36%) deste grupo dá prioridade a

outros fatores comparados ao item salário. É possível perceber que os três outros fatores induzidos (“a”, “b” e “c”) obtêm maior incidência numérica entre os policiais mais jovens em comparação com os mais antigos.

Em última análise, este corte de 15 anos representa um diferencial nas expectativas em relação à profissão. Esta enquête induz a pensarmos sobre a relação inversamente proporcional em emprego: mais tempo de serviço, menos expectativas na profissão. O ponto de corte identitário para diferir um policial mais antigo (com menos expectativas profissionais) estaria em 15 anos de corporação. Até atingir este tempo de serviço, o grupo se mantém mais ou menos indiferenciado no seu sentimento de valorização profissional.

Deduz-se, então, que para cada grupo policial com mais de 15 anos ou com menos, a corporação deveria fornecer uma atenção diferenciada. Os mais antigos necessitam de ações que venham a contrabalançar a sua drástica redução de expectativa profissional. Naturalmente que esta enquête teria de ser confirmada por uma pesquisa, feita dentro de critérios rigorosos e abrangentes, acerca do perfil do policial, classificado a partir do seu tempo de serviço e das suas horas de lazer e perfil cultural.

Sobre o Policiamento Ostensivo (PO) remunerado, anteriormente conceituado, a maioria, 55 entre os 89 respondentes, não participa do PO – projeção percentual de 62%. Dentro deste grupo, 19 gostariam de se integrar ao PO e a maioria (36) não deseja fazer parte dele. Alguns desses militares responderam a uma questão aberta explicitando seus motivos, formando o panorama abaixo:

Nº	RESPOSTAS - FORMULÁRIO ABERTO
14	Apontaram como único motivo a sub-remuneração.
09	Associaram o fator remuneração a outros que consideram relevantes (jornada de trabalho, desvalorização do policial, número de horas trabalhadas, perda da folga, stress e riscos);
05	Informaram que já tem outra atividade, podendo ser de renda extra;
01	Respondeu que estuda;
01	Falou exclusivamente da desvalorização do policial militar.

Nº - Número de policiais que incidiram neste tipo de resposta.

Através da questão aberta foi possível adentrar em outros aspectos relevantes para o policial, além do fator remuneração.

**Jornada de trabalho** - Torna-se importante ressaltar que o policial, em grande parte, já cumpre uma escala de trabalho de 12 X 36, isto é, de 07h00 as 19h00, ou de 19h00 as 07h00 em dias alternados - trabalha um dia e outro não trabalha. Se optar pelo PO remunerado trabalhará todos os dias de domingo a domingo, o que implica numa média de nove horas diárias, incluindo os domingos e feriados.

**Perda da folga** - Considerando a jornada de trabalho oferecida aos PPMs que optam pelo PO remunerado, poder-se-ia subentender, que estes estariam privados de tempo para outras atividades como lazer, estudo, atividades físicas, entre outras. Os estudos são preferidos entre os que pretendem obter ascensão social. Seriam também atividades recomendáveis à socialização e à manutenção da saúde física e psíquica do indivíduo. Ressalte-se que entre as atividades de lazer preferidas do policial, está a atividade física. O futebol era bastante cultivado dentro da maioria dos quartéis. No entanto, o número de praticantes vem diminuindo a cada ano, o que pode ter uma ligação direta com a jornada de trabalho do policial que possui atividades de renda extra.

**Tensão Policial** - Reconhecida como profissão estressante, a atividade policial provavelmente enseja atenções específicas. Os administradores públicos parecem insistir, contudo, em considerá-los funcionários comuns.

Verifica-se que 71, entre 88 respondentes válidos, responderam “sim” à questão: “-Você já desenvolveu alguma atividade de renda extra?” A projeção é de 81% entre os que já desenvolveram alguma atividade de renda extra. Há de se ressaltar que, incluso na minoria (17) dos que não desenvolveram esse tipo de atividade, estão policiais que desempenham o PO remunerado. O PO ocupa seu tempo de folga na jornada regular de 12x36.

Por fim, uma questão relevante diz respeito ao ramo de atividade de renda extra na qual trabalhou ou trabalha o policial militar. As habilitações, os círculos de amizade e as condições legais e normativas das quais priva tal agente público faz com que as ARES representem um prolongamento externo de seu ofício público. A inserção maior do efetivo está ligada às atividades de segurança privada. 42 entre os 71 respondentes ao quesito em tela - projeção percentual de 59% - identificaram suas ARES como fazendo

parte do mercado da segurança. A atividade pode ser informal, em estabelecimentos de pequeno e médio porte (25 respondentes), ou formal, em empresas de segurança ou vigilância (17).

20 policiais optaram pela opção “e”, apresentando uma expressiva projeção percentual de 28 pontos sobre o total. Esses respondentes tiveram dificuldade de especificar o tipo de serviço realizado. Contudo, parte deles também exerce atividades de segurança privada de caráter não-comercial. Ao aplicar o questionário o pesquisador-participante foi indagado por um respondente sobre onde situar sua atividade, pois ele a desempenha como segurança de um templo religioso que recolhe valores vultosos durante o culto. Sabemos que esta situação é comum na cidade de João Pessoa e interiores da Paraíba.

Outro componente importante é aquele que diz respeito à interferência das ARES no desempenho do trabalho do policial militar. A enquête visou obter as opiniões dos profissionais sobre sua própria atividade. Perguntamos se interfere negativamente (a), se **não** interfere negativamente (b), se interfere pouco (c) ou se as ARES ajudam no desenvolvimento de um bom trabalho. 26 policiais se abstiveram da resposta. Somando-se os itens “a” e “c” verifica-se que 33 entre 90 respondentes acreditam que as ARES interferem em suas atividades – projeção percentual de 37%. Se comparado ao universo das respostas válidas (64), então teremos uma projeção percentual de 51,6%.

Alguns pontos não foram vislumbrados na enquête pela exigüidade do tempo no qual estamos trabalhando nela. É intenção nossa dedicar-lhe um estudo posterior, mais detalhado e verticalizado.

### 3 Considerações Finais

Este estudo é provisório e retrata a realidade parcial do policial da radiopatrulha de João Pessoa. Os policiais estão sujeitos a um espaço em que a mobilidade social é um objetivo a ser alcançado. Por isso, é compreensível que se tornem sensíveis às questões ligadas ao salário e à necessidade de complementação de sua renda. O Policial Militar, como indivíduo inserido numa sociedade de valores mercantis, está submetido a uma “hierarquia classificatória”, em que para se conseguir um status maior, torna-se necessário alcançar recursos superiores de poder. Esses recursos de poder são comumente identificados com os ganhos financeiros que uma profissão oferece.

O número de policiais militares da radiopatrulha de João Pessoa que desempenha atualmente as ARES parece girar em torno de 42%. 81% dos



policiais militares responderam haver desempenhado ARES. A maioria afirmou que pretende voltar a desempenhá-las. Essas atividades de complementação de renda, incluindo o PO remunerado, estão presentes no cotidiano policial-militar, talvez naturalizadas. Se o PO possui características particulares e menos danosas, as ARES fazem parte da constituição do quadro caótico em que se encontra a segurança pública.

A ocupação do tempo livre com mais trabalho, por parte desses agentes públicos, tem lhes privado o acesso a atividades recomendáveis a sua socialização, como: lazer, atividades culturais e físicas, entre outras. É evidente que trabalhar todos os dias não pode ser salutar, especificamente com o tipo de trabalho expositivo com que lidam esses profissionais. A investigação sobre a privação de atividades sociais e culturais poderia dar indicações mais abrangentes da realização pessoal do PM, enquanto profissional e cidadão, posto que suas folgas tornaram-se horas de trabalho extra.

#### **4 Referências**

MISSE, Michel. **O Movimento. A formação das redes do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Tempo e Presença, 2002.

MUNIZ, Jacqueline. A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. **Security and Defense Studies Review**, USA, v. 1, 2001, pp. 177/197.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. Civilidade e Violência: uma reflexão conceitual a partir de Nobeert Elias. **Política & Trabalho.** Ano 18, nº. 18, 2002. João Pessoa: PPGS - UFPb, 2002.

RAMALHO, Ricardo da Costa. **Estudo sobre as atividades de renda extra exercidas por policiais militares no município de João Pessoa.** João Pessoa: Monografia CESP/PMPB, 2005.